

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA**  
2 **(CTC) E GRUPO DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (GTAI) DO COMITÊ DE**  
3 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
4 **NO DIA VINTE E TRÊS DE MARÇO DE 2016, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos vinte  
5 e três dias do mês de março de dois mil e dezesseis, instalou-se a 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara  
6 Técnica Consultiva (CTC) e Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP, em  
7 Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros da CTC:** Minas Gerais – Eduardo Araújo (IGAM),  
8 Deivid Oliveira (FIEMG), João Emídio Lima (IAVARP); Rio de Janeiro – Samuel Muylaerte (INEA); Vera  
9 Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo –  
10 Fabrício Cesar Gomes (DAEE), Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Benedito Felipe Oliveira (SABESP), Luiz  
11 Roberto Barretti (ABES/SP), Teresa Cristina Brazil (EEL/USP), Rutnei Morato (SOAPEDRA); com a **presença**  
12 **dos seguintes membros do GTAI:** Rutnei Morato (CEIVAP); Edilson Andrade (DAEE/SP), Renato Veneziani  
13 (CBH-PS/SP), João Gomes (CBH Baixo Paraíba/RJ), Paulo de Souza Leite (Comitê Piabanha), Osman  
14 Fernandes (ANA) **dos seguintes convidados:** Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Elias Adriano dos Santos  
15 (ADCM), Marilda Cruz Lima (IAVARP), Juliana Fernandes (AGEVAP), Marina Mendonça (AGEVAP),  
16 Cristina Rimis (COHIDRO), Aline Alvarenga (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP), Daiane dos Santos  
17 (AGEVAP); **e justificadas as seguintes ausências:** Matheus Machado Cremonese (PREA), Maria Aparecida B.  
18 P. Vargas (Energisa). **Para tratar da seguinte pauta:** **1** – Aprovação da ata da última reunião; **2** – Apresentação  
19 do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental – CEPTA/ICMBIO  
20 sobre o Projeto Piabanha; **3** – Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul –  
21 Apresentação da repactuação do contrato e da nova proposta metodológica do prognóstico; **4** – Agenda de  
22 reuniões para 2016; **5** – Assuntos gerais; **6** – Encerramento. **ITEM 1: Aprovação da ata da última reunião** –  
23 Após serem feitas as alterações solicitadas pelos membros, a ata da 3ª Reunião Extraordinária conjunta da CTC e  
24 do GTAI foi aprovada. **ITEM 2: Apresentação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da**  
25 **Biodiversidade Aquática Continental – CEPTA/ICMBIO sobre o Projeto Piabanha** – A Sra. Carla Polaz  
26 (ICMBIO) deu início a apresentação referente ao Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies  
27 Aquáticas Ameaçadas de Extinção - PAN Paraíba do Sul - (2010-2020), explicando que a missão do PAN é  
28 recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas de extinção da bacia do Rio Paraíba do Sul. Fez um breve  
29 histórico sobre o desenvolvimento do projeto do ano de 2010 a 2015, mostrando as atividades, parcerias e  
30 publicações. Na ocasião, falou também sobre o Projeto Piabanha "Monitoramento biológico de espécies  
31 aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do rio Paraíba do Sul: desenvolvimento de sistema piloto e  
32 implementação de plano de ação“, referente ao Contrato nº010/2012/AGEVAP. Terminada a apresentação, foi  
33 passada a palavra para os membros para esclarecimento de dúvidas e considerações. A Sra. Teresa Cristina  
34 Brazil (EEL/USP) parabenizou a Sra. Carla Polaz pelo projeto e reforçou a necessidade de pesquisas na Bacia do  
35 rio Paraíba do Sul. Disse que seria interessante disponibilizar versões digitais das publicações para que a  
36 população tenha acesso, que é uma forma econômica e abrangente. Comentou que foram cruzados dados no  
37 projeto com os de lixo e esgoto e questionou se isso dará resultado. A Sra. Carla Polaz (ICMBIO) respondeu que  
38 lixo e esgoto ameaçam ambientes aquáticos, e isso foi inserido de forma propositiva. A Sra. Teresa Cristina  
39 Brazil de Paiva (EEL/USP) falou que essa associação é muito complicada, e em tempo destacou a importância do  
40 biomonitoramento. O Sr. Edilson Andrade (DAEE/SP) também parabenizou a Sra. Carla Polaz pelo projeto e  
41 questionou de que maneira as espécies de peixes exóticos impactam. A Sra. Carla Polaz (ICMBIO) explicou que  
42 a bacia do rio Paraíba é a que mais tem espécies exóticas, e o impacto sobre as espécies nativas é irreversível.  
43 Mencionou que o que acontece é o controle de espécies exóticas, visto que não podem ser eliminadas. O Sr. Elias  
44 Adriano dos Santos (ADCM) parabenizou o trabalho desenvolvido, disse que conseguiu dar uma outra ótica da  
45 Bacia. Ressaltou a importância de se criar um banco de dados, para disponibilização de informações úteis, como  
46 esse projeto, que assim como outros serve de fonte de pesquisa para academia. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM)  
47 ressaltou o compromisso do Comitê em promover a integração, depois do projeto já desenvolvido, e custeado  
48 com recursos do Comitê. Disse que a ferramenta está pronta, o SIGA. Falou que essas questões representam  
49 respostas para o trabalho feito. A Sra. Carla Polaz (ICMBIO) disse que na parte paulista da bacia do Paraíba foi  
50 investido mais em inventário, no Rio de Janeiro foi trabalho apresentado, e em Minas Gerais não foi feito muito.  
51 O Sr. Rutnei Morato (SOAPEDRA) reforçou os parabéns a Sra. Carla Polaz. Comentou que a convite do  
52 CEIVAP, como Vice-Presidente, foi até Pirassununga (SP) participar de um evento relacionado ao projeto, e  
53 relatou que foram 4 (quatro) dias de muito aprendizado, onde notou um grande comprometimento por parte da  
54 equipe responsável pelo projeto. Disse que seu propósito era mostrar o trabalho e sensibilizar a Câmara Técnica  
55 quanto a importância disso. Na oportunidade, agradeceu a presença e disponibilidade da Sra. Carla Polaz em vir  
56 até a reunião apresentar o projeto. O Sr. João Gomes (CBH Baixo Paraíba/RJ) comentou que já conhecia o  
57 Projeto Piabanha, e também a dedicação dos participantes. Disse que o projeto tem muito alcance. Mencionou  
58 que, enquanto Comitê Baixo Paraíba, tentaram fazer convênio, mas a questão de liberação de recursos é difícil.  
59 Falou que o Baixo Paraíba também apóia o projeto e considera de extrema importância a disponibilização de  
60 dados. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) disse que gostaria de ter acesso ao relatório  
61 final do projeto. Citou sua preocupação em relação ao Rio Preto, pelo fato de que nessa bacia há grandes  
62 empreendimentos de PCH. A Sra. Carla Polaz (ICMBIO) relatou que o protocolo traz um conjunto de  
63 procedimentos para fazer de controle em empreendimentos e disse que o IBAMA, que faz o licenciamento, não

64 tem função de bloquear, assim esses tipos de ações esses vêm a partir de mobilizações sociais. O Sr. João Emídio  
65 Lima (IAVARP) parabenizou e agradeceu as informações trazidas. Registrou sua preocupação com as ações de  
66 forma isolada, visto que existem formas de integrar a sociedade nessas ações. Comentou que seria interessante  
67 fazer um trabalho nesse sentido. Mencionou que gostaria de ver um movimento de apoio à criação de unidades  
68 de criação de caráter popular, criação de reservas particulares de patrimônio natural. A Sra. Juliana Fernandes  
69 (AGEVAP) também parabenizou a apresentação e fez um breve histórico em relação ao edital, lembrando que o  
70 projeto foi muito discutido e muitas pessoas não eram a favor. Disse que é satisfatório ver o resultado do projeto  
71 e ver que o recurso investido pelo Comitê foi bem empregado. A Sra. Carla Polaz (ICMBIO) falou que o Sr.  
72 Edson Fujita, diretor da AGEVAP na época, foi uma pessoa muito importante no processo, ele esteve presente e  
73 batalhou bastante junto à AGEVAP. Ressaltou que muitas coisas positivas derivarão desse projeto, como  
74 fortalecimento local, capacitação local. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) disse que há uma correlação do  
75 projeto com a qualidade da bacia, e seria interessante pegar utilizar dados secundários e fazer essa correlação. A  
76 Sra. Teresa Cristina Brazil de Paiva (EEL/USP) salientou que tem que ser na mesma época que fizeram a coleta.  
77 A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) citou que os produtos são protocolos. Falou sobre a necessidade de se fazer  
78 uma integração dos estudos, realizar um inventário, estruturar e organizar isso. as informações. A Sra. Carla  
79 Polaz (ICMBIO) destacou a importância de explorar todas as potencialidades que o SIGA oferece, podendo ser  
80 útil para esse inventário. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) mencionou que o assunto pode ser colocado como  
81 pauta da próxima reunião de Câmara Técnica. **ITEM 3: Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do**  
82 **Rio Paraíba do Sul – Apresentação da repactuação do contrato e da nova proposta metodológica do**  
83 **prognóstico** – A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) deu início a apresentação sobre a repactuação do contrato e  
84 da nova proposta metodológica do prognóstico, dividindo em 3 tópicos, Histórico do Contrato, Repactuação do  
85 Contrato e Proposta Metodológica do Prognóstico. Histórico do Contrato: O objeto é o Plano integrado de  
86 recursos hídricos – PIRH da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e planos de ação de recursos hídricos –  
87 PARH das bacias afluentes, do Contrato nº 021/2012/AGEVAP, com a empresa COHIDRO Consultoria, Estudos  
88 e Projetos, assinado em 26 de novembro de 2012, com o valor de R\$3.496.921,00 (três milhões, quatrocentos e  
89 noventa e seis mil, novecentos e vinte um reais). A vigência inicial do contrato era até 26 de agosto de 2014, 1º  
90 Termo Aditivo foi alteração da Cláusula sexta, item 6.1 do contrato original, 2º Termo Aditivo foi alteração do  
91 prazo de vigência do contrato para 26/10/14, 3º Termo Aditivo foi alteração do prazo de vigência do contrato  
92 para 10/12/15, e recentemente, 4º Termo Aditivo foi a alteração do prazo de vigência do contrato para 10/12/16.  
93 A decisão de continuidade do Contrato foi tomada pelo atual Diretor da AGEVAP. O Plano é composto pelo  
94 Plano de Trabalho (aprovado em fevereiro de 2013), Diagnóstico (previsto para outubro de 2013, e realizado em  
95 novembro de 2014), Prognóstico (previsto para dezembro de 2013, atualmente está em andamento), Proposições  
96 (ainda não realizado), Enquadramento (ainda não realizado), Consolidação (ainda não realizado). O contrato  
97 conta com a entrega de 28 relatórios, sendo 16 relatórios parciais e relatórios finais. O valor pago para a empresa  
98 até agora é de R\$ 1.103.531,41 (um milhão, cento e três mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e um  
99 centavos). Repactuação do Plano: A etapa de Prognósticos foi dividida em 3 subprodutos, de acordo com o  
100 estabelecido na Resolução CNRH nº 145/2012: Produto A, Produto B e Produto C. Sendo o Produto A  
101 compostos pelos itens: Cenários para a bacia do Rio Paraíba do Sul; A base metodológica, inclusive as  
102 premissas, deverá ser descrita para cada um dos cenários; Cenários tendencial, pessimista e otimista. Sendo o  
103 Produto B: O documento deverá conter o descrito nos itens I a V do Artigo 12º da Resolução CNRH nº145/2012,  
104 tais quais; I – a análise dos padrões de crescimento demográfico e econômico e das políticas, planos, programas e  
105 projetos setoriais relacionados aos recursos hídricos; II – proposição de cenário tendencial, com a premissa da  
106 permanência das condições demográficas, econômicas e políticas prevalentes, e de cenários alternativos;  
107 III – avaliação das demandas e disponibilidades hídricas dos cenários formulados; IV – balanço entre  
108 disponibilidades e demandas hídricas com identificação de conflitos potenciais nos cenários; e V – avaliação das  
109 condições da qualidade da água nos cenários formulados com identificação de conflitos potenciais. Após a  
110 elaboração do Produto B, a CTC e o GTAI se reunirão para definição de cenário de referência. Sendo o produto  
111 C: O documento deverá conter as necessidades e alternativas de prevenção, ou mitigação das situações críticas  
112 identificadas nos cenários, conforme item VI do Artigo 12º da Resolução CNRH nº145/2012. Consolidação do  
113 Relatório de Prognóstico. O cronograma das atividades ficou estabelecido da seguinte forma: Produto A para  
114 março de 2016, Produto B para junho de 2016, Produto C para agosto de 2016, Proposições para setembro de  
115 2016, Consolidação para novembro de 2016, Plano de ações para dezembro de 2016. Proposta Metodológica –  
116 Prognóstico: Dividida em três cenários: Cenário Tendencial - Manutenção do atual modelo e do ritmo de  
117 implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Cenário Otimista - Visão otimista  
118 em relação ao ritmo de implementação/operação do sistema de recursos hídricos na Bacia, ou seja, é a condição  
119 ótima de implementação do SINGREH; Cenário Pessimista - Em relação à manutenção do modelo atual e do  
120 ritmo de implementação e operação do sistema de gestão de recursos hídricos na bacia; Cenários Institucionais; e  
121 Cenários Econômicos. Terminada a apresentação, foi passada a palavra para os membros. O Sr. João Gomes  
122 (CBH Baixo Paraíba/RJ) falou sobre a complementação para elaboração do detalhamento dos planos da parte  
123 fluminense, mediante a um possível aditivo. Relatou que esse Plano de Bacia seria o plano zero para o Comitê do  
124 Baixo Paraíba do Sul, uma vez que ele não possui seu plano. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) explicou que  
125 não foi dado continuidade a esse processo de aditivo por causa do andamento do contrato. O Sr. Paulo de Souza  
126 Leite (Comitê Piabanha) relatou que na última reunião, as críticas foram bastante contundentes, e questionou o

127 fato de que se em 3 anos a empresa cumpriu 21% do previsto, como vai conseguir fazer 80% em apenas um ano.  
128 A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) lembrou que o processo de cancelamento do contrato envolve um desgaste,  
129 e uma base jurídica para tanto. Ressaltou que a CTC e Grupo de Acompanhamento apenas recomendam, e cabe a  
130 AGEVAP a gestão do contrato. Disse ainda que a CTC e o Grupo terão que reavaliar os produtos. O Sr. João  
131 Emídio Lima (IAVARP) perguntou como tem sido a manutenção de custos, considerando todas as prorrogações.  
132 A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) explicou que todas as reprogramações foram de prazos e não de valor, a  
133 empresa está arcando com esses valores. O Sr. Renato Veneziani (CBH-PS/SP) citou que foi dado apoio a  
134 AGEVAP para que a repactuação tivesse medidas legais. Em sua opinião, o processo deveria ser encerrado. A  
135 Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que a empresa foi advertida, visto que há penalizações diante de não  
136 atendimento de prazo e apresentação de produtos inferiores. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) falou que a  
137 proposta metodológica foi apresentada em fevereiro de 2016 para o Grupo de Acompanhamento, e desde então o  
138 produto melhorou bastante, esse documento será disponibilizado até metade da próxima semana. Contou que a  
139 empresa contratou 3 (três) novos consultores. O Sr. Samuel Muylaerte (INEA) destacou que o produto mais  
140 importante não é o A, nem B, nem o C, e sim o produto final que será apresentado. O Sr. Osman Fernandes  
141 (ANA) citou que com base na tabela poderia fazer uma relação de causa e efeito. A Sra. Zeila Piotto (CIESP  
142 Taubaté) mencionou o cuidado que se deve ter ao trazer tudo para o contexto da bacia. O grupo entende que com  
143 as premissas explicadas será mais fácil enxergar a forma com que eles irão trabalhar. O Sr. João Gomes (CBH  
144 Baixo Paraíba/RJ) falou destacou que embora tenha apoiado a colocação da Sra. Zeila Piotto quanto a definição  
145 da CTC nesse processo, também compartilha do pensamento do Sr. Paulo Leite quando o mesmo diz que a etapa  
146 5 é a mais importante, onde se está acompanhando e propondo mudanças. Disse que tem uma preocupação pelo  
147 fato da Bacia ser dinâmica e cíclica e o plano estar focando muito no histórico recente. A Sra. Juliana Fernandes  
148 (AGEVAP) citou que o Plano tem estimativa de validade para até 2033, em seu entendimento, eles vão definir as  
149 áreas mais críticas e ver como atender. Ressaltou que na etapa de elaboração desse caderno mais detalhado isso  
150 tem que ser bastante discutido com os Comitês. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) falou que a bacia está  
151 passando por uma crise hídrica, mas é um estado sazonal. Disse que as condições de anormalidade deveriam ser  
152 contempladas. O Sr. Samuel Muylaerte (INEA) relatou que quando resolveram fazer produto A, B e C foi  
153 considerado que teriam condições de monitorar, porém, na dependência do que viria depois. Disse que o produto  
154 A, com relação ao que tinha sido rejeitado, está melhor, mas só terão ter certeza de que A está bom quando  
155 tiverem conhecimento do produto B. Ressaltou que é importante que a CTC avalie com bastante critério. Citou  
156 que o produto b é que gerará maior desembolso, e é fundamental que o grupo tenha o senso crítico de analisar e  
157 pontuar. Falou também que o Sr. João Gomes (CBH Baixo Paraíba/RJ) levantou um assunto muito relevante, que  
158 é a etapa de definição de metas. Mencionou que deve haver o comprometimento de todo o sistema para  
159 implementar as metas, não adianta ter um relatório muito bom e o sistema não ter como implementar. O Sr.  
160 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) reforçou o que foi colocado pelo Sr. João Gomes. Em tempo disse que,  
161 a seu ver, o cenário econômico não tem nada a ver com o político, a considerar que uma crise política é algo  
162 muito pontual. Sobre a questão de mudanças climáticas, apontou itens que tem que ser melhor explicados. O Sr.  
163 João Gomes (CBH Baixo Paraíba/RJ) comentou que a questão das barragens está sendo um disparador. No  
164 Baixo Paraíba, os eventos críticos são influenciados por barragem, e isso tem funcionado com um despertador.  
165 Disse que essa questão deveria ser contemplada no Plano, assim como questões preocupantes sobre as mudanças  
166 climáticas, como as áreas a serem inundadas. O Sr. Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM) disse que existem uma  
167 série de estudos de impactos sobre o clima, debatidos nos últimos anos, caracterizados pelos mesmos tipos de  
168 mudanças e mudança diferentes, depende do período, agravamento de período de seca e cheia, e outros  
169 exemplos. Citou que dependendo dos dados que forem usar pode estar bem distantes da realidade. O Sr. Osman  
170 Fernandes (ANA) mencionou que o sistema foi pensando para pensar dentro dos problemas ordinários, e para os  
171 momentos extraordinários não tem preparo. Manifestou sua preocupação com os eventos extraordinários.  
172 Concordou com a fala do Sr. Samuel Muylaerte (INEA) e reforçou que o item 5 é a etapa principal, quando você  
173 negocia quem faz o quê, que vai haver a necessidade de compactuar com os atores quem faz o quê, quando e a  
174 que custo. Citou que a definição de metas e programas de ação são os itens mais importantes do Plano. A Sra.  
175 Zeila Piotto (CIESP Taubaté) pontuou dizendo que independente de cenário, hoje existem informações dedados  
176 históricos do que já ocorreu para fazer projeções, não precisa ficar preocupado com todas as incertezas, pois há  
177 um histórico sem ter que depender para trabalhar com todas asdas incertezas. Questionou de que adianta colocar  
178 um cenário político se não há governança sobre ele, concordando com a fala do Sr. Roberto Machado. Destacou  
179 o fato de que tem que prevista a atualização do Plano e o acompanhamento das metas. O Sr. Edilson Andrade  
180 (DAEE/SP) relatou que no Comitê paulista em que atua foi recentemente iniciado o processo de revisão de Plano  
181 de Bacia, que vai levar em conta tudo que está acontecendo. Disse ainda que brevemente vai haver uma  
182 aproximação com a AGEVAP para alinhamento de informações. Destacou que cada bacia tem sua política  
183 própria de investimento, o quadro é muito mais desolador. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale!  
184 Nossa Vida) apontou que na repactuação tinha 28 produtos, 6 foram apresentados. Em relação a cenários e  
185 planos, perguntou se todos os produtos estão incorporados. Comentou que está com dúvidas quanto a ao fato de  
186 conseguirem incorporar tudo, visto que, em sua opinião, vai ser difícil chegar a resultados. A Sra. Juliana  
187 Fernandes (AGEVAP) informou que os 6 produtos estão pagos e aprovados. O contrato foi repactuado como um  
188 todo, e para o prognóstico foi mudada a metodologia para trabalhar. O Sr. Fabrício Cesar Gomes (DAEE)  
189 mencionou que o que interessa é no que tudo isso vai afetar o resultado, uma vez que o importante é fazer o

190 processo andar. O Sr. Elias Adriano dos Santos (ADCM) comentou que a crise hídrica foi um aprendizado para  
191 melhorar empoderamento, governança e gestão. Em sua opinião, a crise provou que não há gestão, e isso custou  
192 muito caro. Disse que o Plano é o instrumento para melhorar o emponderamento e a gestão. O Sr. João Emídio  
193 Lima (IAVARP) disse que, a seu ver, há dados suficientes para fazer projeções realistas. Os poucos dados que  
194 existem, não tem sido tão bem utilizados como deveriam. Comentou que hoje não se deve falar em eventos  
195 imprevisíveis, considerando que é possível prever muitos fatos através de estudos, pesquisas e tecnologias.  
196 Reforçou que os dados estão disponíveis, mas não estão sendo trabalhados de maneira adequada. Citou que está  
197 faltando investimento nesse sentido, de estudar os dados e fazer projeções. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté)  
198 ressaltou que esse é um processo de evolução, é um aprendizado, é um processo fundamental. O Sr.  
199 Edilson Andrade (DAEE/SP) falou, em relação as regras operativas, que cada instituição tem que assumir o seu  
200 papel, sem abrir mão de sua competência. **ITEM 4: Agenda de reuniões para 2016** – A próxima reunião da  
201 Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP será realizada no dia 14 de junho de 2016, na sede da AGEVAP, em  
202 Resende (RJ). **ITEM 5: Assuntos gerais** – A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) pediu  
203 a palavra para falar sobre os acontecimentos da última reunião da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de  
204 Recursos Hídricos (CTCOB) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Disse que tomou  
205 conhecimento do fato através da carta convocatória da reunião da CTCOB, cuja pauta constava o item “Carta da  
206 secretaria executiva solicitando a prorrogação do valor estipulado na Deliberação CEIVAP nº 52/05 por mais 2  
207 (dois) anos. Declarou que o assunto colocado na CTCOB não foi demanda da plenária do CEIVAP e nem de sua  
208 Câmara Técnica, destacando que o documento foi apresentado isoladamente, sem ser encaminhado ou  
209 recomendado por nenhuma estância do CEIVAP. Contou Destacou que esteve presente na reunião da CTCOB,  
210 foram bem recebidos, tiveram oportunidade de se pronunciar e expor o processo, e a CTCOB irá devolver a carta  
211 para a análise da plenária do CEIVAP. Em tempo, ressaltou que os recursos do Estado do Rio de Janeiro podem  
212 não ser repassados para a AGEVAP, considerando a possibilidade de paralisação desse processo até o dia 30 de  
213 março. Concluiu sua fala dizendo que o Comitê é um órgão integrado, com base em gestão participativa, e o  
214 ideal é que decisões como essa não sejam tomadas ad referendum. O Sr. João Gomes (CBH Baixo Paraíba/RJ)  
215 comentou que também esteve presente na reunião da CTCOB e compartilha do discurso feito pela Sra. Vera  
216 Lúcia Teixeira. Informou que o IV Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro  
217 (ECOB) será realizado do dia 17 a 20 de maio de 2016 em Campos dos Goytacazes (RJ), contará com uma visita  
218 a foz do rio Paraíba do Sul, e a temática será eventos críticos extremos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O  
219 Nosso Vale! Nossa Vida) falou sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), que  
220 será realizado em de 3 a 8 de julho de 2016 em Salvador (BA). Falou também sobre a resolução conjunta da  
221 ANEEL, de 20 de novembro de 2015, referente as empresas terem que solicitar outorgas mesmo com a  
222 concessão do governo. Disse que, tecnicamente, o Comitê deveria apoiar essa decisão, é um documento que  
223 poderia ser colocado como ponto de pauta. A Sra. Zeila Chittolina Piotto (CIESP Taubaté) salientou que,  
224 segundo Regimento Interno do CEIVAP, um terço dos membros da plenária pode solicitar a realização de  
225 reunião com pauta definida. O Sr. Elias Adriano dos Santos (ADCM) informou que no dia 29 de março haverá o  
226 Encontro das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos comitês paulistas, que será realizada em Campinas  
227 (SP). O Sr. Zenilson Coutinho (ASFLUCAN) informou que no dia 23 de abril de 206 acontecerá o Seminário  
228 “SOS Paraíba do Sul”, promovido pelo Rotary Club. Disse que os desdobramentos serão encaminhados para  
229 todas as autoridades. O Sr. João Emídio Lima (IAVARP) agradeceu a Sra. Zeila Piotto pelo trabalho  
230 desenvolvido na coordenação da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP. **ITEM 6: Encerramento** – Não  
231 havendo mais nada a tratar, a Coordenadora deu por encerrada a 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara  
232 Técnica Consultiva (CTC) e Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP, agradecendo a  
233 participação de todos. O presente ata foi lavrado por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de  
234 aprovada, foi assinada pela Coordenadora da CTC, Sra. Zeila Piotto, que presidiu a reunião.

235  
236  
237

238 Resende, 23 de março de 2016.

239  
240  
241  
242  
243  
244  
245

Zeila Piotto  
Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP